



Será que as críticas às eleições na Venezuela vão mudar a forma como as eleições em Moçambique são vistas?

Tanto os Estados Unidos como a União Europeia têm criticado fortemente as eleições presidenciais de 28 de Julho na Venezuela. O Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) declarou Nicolás Maduro reeleito com 52% dos votos, contra 43% de Edmundo González.

O Secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, afirmou que existem “provas esmagadoras” de que González ganhou. O chefe da política externa da UE, Josep Borrell, anunciou que o Conselho Europeu, que reúne os chefes de Estado e de Governo dos 27 Estados-Membros da UE, “decidiu que Maduro não tem legitimidade democrática como presidente”.

No entanto, os EUA e a UE estão a criticar aspectos da Venezuela que há muito se verificam em Moçambique, e a comunidade internacional tem aceite a legitimidade das vitórias da Frelimo. Por exemplo, numa declaração de 29 de Julho, Borrell, da UE, disse: “A UE apela ao Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) para que exerça a máxima transparência no processo de apuramento dos resultados, incluindo a concessão de acesso imediato aos autos de votação de cada assembleia de voto e a publicação dos resultados eleitorais desagregados.”

A última vez que a CNE moçambicana publicou os resultados detalhados da votação e os editais de cada assembleia de voto foi em 2009. Os resultados de 2014 foram entregues à comunidade internacional, mas não foram publicados em Moçambique. Desde então, não há apuramentos detalhados disponíveis. Ver <https://bit.ly/MozElData>

Borrell também sublinhou que não havia forma de “verificar” os resultados das eleições na Venezuela. Isto sempre foi verdade em Moçambique. Desde a primeira eleição multipartidária em 1994, a CNE moçambicana sempre reivindicou o direito de alterar os resultados em segredo e não manter qualquer registo dessas alterações. Nunca houve uma forma de “verificar” os resultados moçambicanos.

O Conselho Constitucional (CC) informa quando faz alterações aos resultados mas não explica essas alterações. E o CC admitiu ter usado documentos secretos da CNE nas suas deliberações.

A Blinken, numa declaração de 1 de Agosto, disse: “a oposição democrática publicou mais de 80% dos editais de voto recebidos diretamente das assembleias de voto em toda a Venezuela. Essas folhas indicam que Edmundo González Urrutia recebeu o maior número de votos nesta eleição por uma margem insuperável”. No entanto, no ano passado, a Renamo deu ao CIP as suas cópias dos editais oficiais das assembleias de voto - as folhas de contagem ou de resultados. Com editais de 94% das assembleias de voto em Maputo, estas cópias oficiais deram à Renamo 55% dos votos e à Frelimo apenas 37%. Para a Matola, com 88% dos boletins de voto, a Renamo tinha 59% e a Frelimo 34%. (CIP Eleicoes 160) No entanto, não houve nenhuma declaração dos Estados Unidos a dizer que a Renamo tinha ganho, apesar de a percentagem de boletins de voto ser maior em Maputo e na Matola do que na Venezuela. Em vez disso, foi aceite a falsa reivindicação de vitória da Frelimo.

Houve um aspecto ainda mais estranho na contagem nacional. A CNE, numa declaração de 17 de Novembro de 2023, disse que ela própria não verificou os editais das assembleias de voto, mas apenas aceitou as contagens das comissões eleitorais distritais. No entanto, a juíza do Tribunal Distrital de Nhlamankulu, na cidade de Maputo, considerou provado que o director distrital do STAE introduziu editais falsos e que, numa reunião em que a Renamo não estava presente, a comissão distrital de eleições aprovou essas falsificações para dar a vitória à Frelimo. Ela disse que também ficou provado que houve, no apuramento intermédio, “repetidos lançamentos de resultados da mesma assembleia de voto com base em editais falsificados a favor do partido Frelimo, apesar do protesto dos membros da oposição”. (CIP Eleicoes 157, 180) Mais uma vez não houve qualquer comentário da UE ou dos EUA.

Finalmente, há dados que mostram que em cinco províncias a CNE diz que, para as eleições deste ano, registou mais 1,2 milhões de eleitores do que o número de adultos em idade de votar. (CIP Eleições 262).

A questão, que se coloca para as eleições de 9 de Outubro em Moçambique é:, Será que os EUA e a UE vão aplicar os mesmos padrões que aplicaram na Venezuela em Moçambique? Ou será a política global a determinar? A Venezuela tem enormes reservas de petróleo e gás e os EUA impuseram sanções. A Venezuela obteve o apoio da empresa americana Chevron (com uma isenção de sanções), do Irão e da China. Moçambique tem importantes reservas de gás, mas estas são controladas por empresas norte-americanas, francesas, italianas e sul-africanas. Será que os países só têm de produzir resultados eleitorais detalhados se também controlarem o seu próprio sector de recursos?



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Informação editorial

Director: Edson Cortez

Autor: Posicionamento do CIP

Revisão linguística: Samuel Monjane

Propriedade: Centro de Integridade Pública

Rua Fernão Melo e Castro,
Bairro da Sommerschild, n° 124
Tel: (+258) 21 499916 | Fax: (+258) 21 499917
Cel: (+258) 82 3016391
[f](#)@CIP.Mozambique [t](#)@CIPMoz
www.cipmoz.org | Maputo - Moçambique